

**Memorial apresentado para  
promoção funcional à Categoria de Professor Titular**

**Francisco Javier Ortega Guerrero**

**Professor Associado  
Departamento de Políticas e Instituições de Saúde  
Instituto de Medicina Social  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Matricula 33.866-5  
Maio 2017**

Dizem que os professores que mais nos marcaram na escola são decisivos na nossa escolha do caminho a seguir na universidade. Lembro-me de meu professor de filosofia no ano preparatório para o ingresso à Universidade no Instituto de Bachillerato de Madri, a cidade onde nasci. Ele possuía uma capacidade singular de nos introduzir aos textos “canônicos” da filosofia, ligando-os ao contexto geopolítico mundial. As aulas eram uma mistura de Platão com a discussão da agenda política nacional e internacional. Talvez por isso não conseguisse passar dos gregos. Naquela época, já tinha começado a sentir uma fascinação por Nietzsche, e, como marxista convencido, tinha lido vários textos de Marx e Lenin. Daí que, no ano preparatório para a universidade tivesse clara a escolha de estudar filosofia.

Em setembro de 1986, com 19 anos, ingressei no curso de Filosofia da Universidade Complutense de Madri. O curriculum da licenciatura de Filosofia era muito tradicional e ordenado cronologicamente, começando no primeiro ano com filosofia antiga e chegando no quinto ano à filosofia contemporânea. Não existiam disciplinas eletivas, sendo todas obrigatórias. Lembro-me de um seminário sobre Friedrich Nietzsche, onde li pela primeira vez o livro de Gilles Deleuze sobre o pensador alemão, o qual me deixou uma marcante impressão. Também ouvi falar pela primeira vez de Michel Foucault naquele seminário. Tive outro professor que me apresentou a alguns textos básicos de Martin Heidegger e do Ludwig Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* que me impactaram significativamente.

Desde o início da faculdade, tinha certeza de que não queria ficar na Espanha, pois achava o ensino de filosofia extremamente tradicional: enquanto o professor discursava por duas horas sem interrupção, os alunos escreviam sem parar. As disciplinas ofereciam grandes visões gerais sobre todos os períodos e autores da História da Filosofia. Ainda em 1986, ano de meu ingresso na universidade, persistia um resquício franquista e Nacional católico na academia espanhola, com um ênfase na Filosofia Medieval e Escolástica. Assim, Alemanha tornou-se a minha opção desde cedo, como é comum em quem estuda filosofia na Universidad Complutense, germanófila desde que José Ortega y Gasset passara longos períodos na Universidade de Marburg.

Tinha começado a estudar alemão desde o primeiro ano de faculdade, e era apaixonado pela obra de Thomas Mann. Por causa disto, tinha uma concepção

extremamente idealizada da cultura alemã. Ao concluir o terceiro ano de minha licenciatura, faltando dois para completar o curso, fui morar na Alemanha, na cidade de Bielefeld, depois de um breve período em Berlim. Mantive, no entanto, o vínculo com a minha Universidade em Madri, na qual continuei matriculado. Consegui, por exemplo, que os professores me liberassem da assistência às aulas em troca de vários trabalhos monográficos. Entre 1989 e 1991, ano de minha formatura em Filosofia em Madri, estive matriculado em duas universidades simultaneamente: em Filosofia em Madri, e em Literatura comparada e História na Universidade de Bielefeld. Abandonei a graduação em Literatura comparada e em História quando me formei na Espanha, e fui aceito para o doutorado em Filosofia em Bielefeld.

Alemanha representava para mim, frente ao tradicionalismo da universidade espanhola, um exercício de anarquia institucional. Foi uma mudança radical e uma experimentação constante. A Universidade de Bielefeld era um caso à parte no cenário alemão, por se tratar de uma *Reformuniversität*, construída nos anos 60 em um espírito esquerdista e multidisciplinar. Era possível assistir todo tipo de aulas em qualquer área e criar um curriculum personalizado. Sendo assim, comecei a desenvolver meus interesses de modo eclético e interdisciplinar, e a convicção, que mantenho até hoje, de não estabelecer fronteiras disciplinares entre os textos, sejam filosóficos, sociológicos, antropológicos, históricos, literários ou psicanalíticos (essa convicção me levaria posteriormente a me aproximar do pensamento de Jacques Derrida). Na filosofia, conheci logo no início de minha estadia em Bielefeld, ao professor Jürgen Frese, meu futuro orientador, que marcaria profundamente minha trajetória intelectual. Meu alemão foi aperfeiçoado em um seminário que, durante vários semestres, se debruçava linha por linha sobre o *Ser e tempo (Sein und Zeit)* de Martin Heidegger. Frese tinha a capacidade de fazer uma tradução política dos conceitos heideggerianos, que me fascinava, e que, anos depois, fui reencontrar na obra de Hannah Arendt.

Na teoria literária, a partir de um curso sobre “Mitologia grega e drama alemão”, comecei a acompanhar as aulas e publicações de Karl Heinz Bohrer. Naquela época, cogitava escrever uma tese de doutorado sobre Heidegger. Meu percurso, no entanto, mudou depois de começar a ler os textos de Foucault, autor recorrente em vários seminários que visitara. Para mim, Foucault foi um acontecimento em todos os aspectos. Sua obra

representou uma possibilidade de afastamento do marxismo sem renunciar à política, em um sentido próximo do de Hannah Arendt. Ao mesmo tempo, a recepção de Foucault na Alemanha - como do pensamento francês em geral - era, naquela época, muito deficiente. Isso me animou mais ainda a escrever uma tese sobre o seu pensamento. Em Julho de 1991, três semanas depois de me formar em Filosofia na Universidade Complutense de Madri, escrevi um projeto de doutorado sobre ética em Foucault e fui aceito no programa de doutorado da Universidade de Bielefeld, sob a orientação de Jürgen Frese.

A literatura especializada sobre Foucault da época privilegiava a sua época genealógica. Ele era encarado como o teórico das relações de poder e criticado por não ser capaz de articular os pontos de resistência - que foram localizados no corpo e nos prazeres - ante um poder, cujo funcionamento consistia precisamente na criação de corpos dóceis e indivíduos submissos. Na minha tese, concentrei-me na questão de uma subjetividade ética nos últimos escritos do filósofo, pouco estudados em Europa na época (início dos anos 90). Minha ideia era reconstruir o que poderia ser chamado *pars construens* do pensamento de Foucault, a qual pode ser resumida como a tentativa de elaboração de uma relação não normalizada consigo mesmo como alternativa às estratégias de subjetivação do poder disciplinar moderno e do bio-poder e como essa subjetivação ético estética possibilitava o estabelecimento de novas formas de sociabilidade e de amizade. Esta última se apresentava como uma abertura de perspectivas novas e estimulantes sobre sua obra, para além do individualismo. A amizade possibilitava a criação de um espaço intermediário, capaz de fomentar tanto necessidades individuais, quanto objetivos coletivos.

Em Junho de 1995 defendi a tese de doutorado, e foi publicada em alemão em 1997 pela editora Wilhelm Fink de Munique com o título *Michel Foucault. Rekonstruktion der Freundschaft* (uma versão brasileira bastante modificada foi publicada pela Editora Graal de Rio de Janeiro em 1999 com o título *Amizade e estética da existência em Foucault*).

Depois da defesa de minha tese em Junho de 1995, cogitei a possibilidade de realizar uma *Habilitation* na Alemanha sob orientação do professor Karl Heinz Böhrer, e elaborei um projeto sobre a filosofia da intensidade, que representava uma oportunidade de fazer convergir meus interesses em teoria literária (pelo viés do pensamento de Karl Heinz Bohrer), teologia política e filosofia política, bem como de reunir uma série de autores, que,

de diferentes perspectivas, elaboravam um pensamento da intensidade: os filósofos estoicos, Martin Heidegger, Walter Benjamin, Jacob Taubes, Soren Kierkegaard, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Carl Schmitt. Queria mostrar como a intensidade pode constituir uma categoria filosófica importante, descritiva de processos sociais. É um conceito que se poderia utilizar na filosofia social para descrever uma série de fenômenos e de comportamentos orientados ao caso extremo. Esse projeto não foi realizado como uma *Habilitation*. Retomei algumas ideias e elementos no livro que publiquei em 1998 pela Editora da Universidade Federal de Goiás com o título: *Intensidade: para uma história herética da filosofia*.

O projeto de uma possível *Habilitation* na Alemanha foi abandonado pela minha vinda para o Brasil. Mesmo depois de passar quase sete anos na Alemanha, nunca pensei realmente em ficar naquele país. Voltar para Espanha tampouco estava nos meus planos. Por outro lado, eu tinha muito interesse pela América Latina, que remontava a minha época marxista. Queria sair da Europa e a América Latina aparecia como uma alternativa muito atraente. Dessa maneira, quando surgiu o convite de um amigo goiano, doutorando em Filosofia na Universidade de Bielefeld, para fazer um concurso para o Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Goiás (UFG), não hesitei. Mesmo sem nunca ter ouvido falar de Goiânia (a não ser uma breve menção da construção da cidade no livro de Claude Levi-Strauss *Tristes Tropiques*, que tinha lido anos antes e que tinha despertado meu interesse pelo Brasil), nem falar português, aceitei fazer o concurso em setembro de 1995. Em Março de 1996, já estava morando no Brasil e era professor adjunto da Universidade Federal de Goiás.

A mudança radical para o centro-oeste brasileiro foi positiva no começo: depois da rigidez da vida na Alemanha, o ambiente descontraído do Brasil foi uma redenção. Durante quase três anos, de 1996 a 1999, foi professor na graduação e no mestrado em Filosofia política da UFG. Na graduação, ministrei cursos sobre filosofia antiga, ética, filosofia contemporânea, bem como seminários de estética do cinema na faculdade de comunicação. No mestrado, ministrei várias disciplinas sobre o pensamento político de numerosos autores contemporâneos, Michel Foucault, Hannah Arendt, Jacques Derrida, Carl Schmitt, Gilles Deleuze, sobre a filosofia das emoções, a sociabilidade (amor/amizade); sobre questões de biopolítica; sobre poder, crítica e racionalidade em Michel Foucault e Jürgen Habermas. Também orientei

várias teses de mestrado sobre filosofia política. Publiquei vários artigos nessa época em diversas revistas sobre Foucault, Deleuze, Blanchot.

A experiência foi positiva, pois não possuía nenhuma experiência docente. O clima filosófico que encontrei em Goiânia, e em geral no Brasil, foi, no entanto, decepcionante. Se minha experiência em Bielefeld constituía uma redenção e uma saída à ortodoxia e convencionalismo de minha formação na Espanha, bem como um exercício na interdisciplinariedade, a experiência da filosofia brasileira me devolvia à Espanha. A situação é comicamente descrita por um amigo, filósofo equatoriano, que em seu livro intitulado *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio* afirma que todas as teses de filosofia no Brasil tem a fórmula “*x em y*”, onde “*x*” pode ser qualquer conceito filosófico: liberdade, verdade, certeza, moral, etc., e “*y*” qualquer filósofo da tradição ocidental, de Platão a Derrida.

Em 1997, passei o semestre de verão como professor visitante na Universidade de Bielefeld dentro do convênio Brasil/Alemanha PROBRAL, financiado pela CAPES e pelo DAAD, cujo tema geral era: *Interagir comunicativo: Princípios, projetos e estruturas*, e contava com a participação de professores da Universidade de Bielefeld e da UFG. Dentro do convênio, junto a Jürgen Frese, desenvolvi uma pesquisa sobre *Diferenças na Verbalização das Emoções: Análises Discursivas Histórico-Filosófico e Teórico-Culturais*. O projeto visava comparar aqueles complexos emocionais que se transformam de forma inequívoca em ações observáveis publicamente: a. emoções de estranheza extrema entre gerações que vão ser articuladas como *contraste* na projeção, configuração e estilização de formas de vida e maneiras *alternativas*; b. emoções que promovem a disposição de *institucionalizar a intimidade*: amizade/amor (em direção a relações perduráveis, matrimônio, família, entre outros); c. emoções que promovem a disposição de entrar em processos *jurídicos* (querelas): raiva/ira, indignação; sentimento de culpa, vergonha. Concentrei-me no segundo ponto, ministrando um curso de doutorado sobre a institucionalização da intimidade, analisando as relações entre emoções (amor/amizade) e a política.

Em 1999, fui aprovado em primeiro lugar no concurso público para Professor de Estética na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para o qual escrevi um artigo sobre a crítica de Hegel à ironia romântica, e que foi posteriormente publicado na revista

*Kriterion*. Nesse artigo, tentava mostrar como a visão moralizante da estética hegeliana lhe impedia de ver o projeto romântico da autonomia da arte, expresso na ironia romântica. No mesmo ano fui aprovado em segundo lugar no concurso público para Professor de Filosofia moderna e contemporânea no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para o qual apresentei um projeto sobre amizade e formas de sociabilidade, que constituía o primeiro esboço de meu livro *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida e Foucault*.

Na mesma época (fevereiro de 1999), recebi o convite do prof. Jurandir Freire Costa para vir para o Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ como professor visitante. Fui apresentado ao prof. Jurandir em 1995 por Roberto Machado, a quem conheci em Goiânia. O encontro com o professor Jurandir foi fundamental em minha trajetória acadêmica e pessoal, tendo se tornado uma fonte constante de inspiração. Logo notamos que nossos interesses convergiam, pois o prof. Jurandir estava realizando uma pesquisa sobre o amor romântico, e eu sobre a amizade. Foucault constituía um referencial teórico fundamental para ambos. Também tinha conhecido o professor André Rios no congresso da ANPOF em 1998, e várias pessoas tinham me falado do IMS como um lugar de referência e de trabalho interdisciplinar. O próprio Roberto Machado tinha sido professor da instituição. Por essas razões, quando me foi feito o convite, não hesitei um instante e renunciei à vaga em Santa Catarina. Para mim, era claro que, fora de uma faculdade de filosofia, poderia desenvolver meus interesses de uma maneira adequada, em um espírito de interdisciplinariedade, ao qual tinha me acostumado na Alemanha.

Foi contratado como professor visitante do Departamento de Políticas e Instituições de Saúde do IMS em maio de 1999. Em Junho de 2001 fiz concurso no mesmo departamento para professor adjunto e foi empossado em setembro de 2001.

No ano de 1999, fui responsável pela organização da vinda do Professor da New School for Social Research em New York, Joel Whitebook. Em Junho de 2000, Agnes Heller, na época professora da mesma instituição, esteve no IMS e ministrou palestras sobre “A condição política Pós-moderna” e sobre “Ética da Personalidade”. Realizei uma entrevista com Agnes Heller para a UTV - Canal 16 da NET, que constitui o 2º programa da Série Pensamento Contemporâneo, coordenada pela professora Maria Andréa Loyola. A

entrevista foi publicada em forma de livro pela Eduerj em 2002 na coleção “Pensamento Contemporâneo”.

Nessa época, meu projeto de pesquisa no IMS tinha como título “Subjetividade e Formas de Sociabilidade na Modernidade/Pós-modernidade”. Nele visava-se uma reflexão sobre formas de laços sociais e subjetivos na Modernidade/Pós-modernidade. O ponto de partida era a crença de que a pobreza que nossas formas de sociabilidade e de relacionamento demonstram, devia-se, principalmente, a nos encontrarmos presos em um imaginário que determina a forma de interagir afetivamente, seja no amor ou na amizade. Apenas criando alternativas a este imaginário é possível superar as frustrações. O objetivo era fazer um mapeamento dessas alternativas a este imaginário ortodoxo, procurando ultrapassar as formas dominantes de conceber a subjetividade, a sexualidade e as formas de sociabilidade - amor e amizade principalmente. No fundo, trata-se de propor formas alternativas de relacionamento consigo e com os outros, do resgate de algumas formas de sociabilidade esquecidas ou consideradas obsoletas como a civilidade, a cortesia, e de outras, que, com o desenvolvimento da modernidade, sofreram um processo de intimização, como a amizade.

Como resultado dessa pesquisa, publiquei em Junho de 2000 o livro *Para uma política da amizade - Arendt, Derrida e Foucault* (Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará). Nesse livro me baseie no pensamento dos três autores para oferecer uma proposta de re-politização da amizade, entendida como experimentação de novas formas de sociabilidade, ligando essa questão à despolitização e ao esvaziamento do espaço público. Depois do encontro com a obra foucaultiana, Hannah Arendt acabou se tornando outra referência teórica obrigatória.

No segundo semestre de 1999 foi professor visitante da Faculdade de Comunicação da UFF com bolsa da CAPES, e, no primeiro semestre de 2000, no programa de pós-graduação em História da UNICAMP com bolsa da FAPESP, onde ministrei um curso sobre “genealogia da amizade”, que seria a base de meu seguinte livro, *Genealogias da Amizade*, publicado pela Editora Iluminuras em 2002. Depois de concluir *Para uma política da amizade*, percebi que era necessário fazer uma abordagem histórico-genealógica dos discursos e práticas da *philia* e de sociabilidade, analisando o caminho seguido por esses discursos e práticas no ocidente, desde os gregos até o século XX. Precisava



compreender melhor algumas mudanças e deslocamentos que me permitissem ver como, por exemplo, a amizade no Cristianismo é muito mais nuançada do que se deduz das observações de Foucault ou Derrida. De forma geral, queria mostrar que a amizade é uma manifestação que não se comporta uniformemente no tempo e no espaço. Para tanto, era necessária uma abordagem genealógica. Assim, assinala-se que, mesmo existindo uma tradição mais ou menos constante (e que pode ser denominada de aristotélico-ciceroniana) de reflexão teórico-filosófica sobre a *philia* na forma da ‘amizade perfeita’ (*teleia philia/amicitia vera*), as práticas e o seu significado social mudam constantemente, estabelecendo-se, a partir de Aristóteles, uma distância cada vez maior entre os discursos filosóficos e as práticas sociais. Para constatar este afastamento, não é necessário chegar até a modernidade, pois, já em Cícero - e de forma muito mais marcante em Montaigne -, o discurso filosófico não se reflete mais nas práticas sociais.

Ao meu ver, a genealogia da amizade ajuda a compreender como o vínculo entre amigos, que tinha uma função fundamental na organização sócio-política e cultural das *civitas* da antiguidade greco-romana, e que continuou sendo um elemento significativo no tecido social e relacional da modernidade - fazendo parte das redes de sociabilidade e convivialidade que ligavam os indivíduos entre si -, foi progressivamente desaparecendo do espaço público, deslocando-se cada vez mais para a esfera privada e doméstica, e sendo posteriormente integrado à família nuclear. Tentei mostrar como o declínio de múltiplas formas de sociabilidade nas sociedades contemporâneas está ligado aos processos de despolitização e familiarização do privado. Um processo que demora vários séculos para se concluir, provocado por uma série de fatores, tais como: a incorporação do amor e da sexualidade no matrimônio, a incidência de um dispositivo biopolítico sobre a família, o novo papel centralizador do Estado, a passagem de um dispositivo da aliança para um dispositivo da sexualidade e do erotismo para a sexualidade, a medicalização da homossexualidade, a ‘invenção’ da infância e da adolescência, etc. Todos esses fatores promoveram, no século XIX, a hegemonia da família nuclear e o declínio das práticas e da reflexão sobre a amizade na sociedade moderna.

No segundo semestre de 2000, após ter concluído a pesquisa sobre “Subjetividade e Formas de Sociabilidade na Modernidade/Pós-modernidade” e o livro *Genealogia da amizade*, criamos junto com os professores Jurandir Freire Costa e Benilton Bezerra Jr. a

linha de pesquisa a “Biossociabilidade, Bioascese e Bioidentidade” na nossa pós-graduação em Saúde Coletiva. A ideia era investigar o peso das práticas de cuidados corporais médicos, higiênicos e estéticos na construção das identidades pessoais. Tratava-se de analisar o impacto dos ideais de saúde, longevidade, juventude, beleza, boa forma física, etc., nas regras de vida ou condutas cotidianas dos indivíduos. A conceito do antropólogo Paul Rabinow de biossociabilidade foi usado como fio condutor nesse projeto. Em geral, a noção de biossociabilidade visa descrever e analisar as novas formas de sociabilidade surgidas da interação do capital com as biotecnologias e a medicina. Nas ciências sociais o conceito tem sido usado para analisar novas formas de praticas identitárias e sua relação com modelos tradicionais de classificar indivíduos, o papel do estado e de atores não estatais e de organizações de pacientes, e, finalmente, a geração de riqueza e de interesses comerciais na biologia (Gibbon and Novas 2008).

Meu interesse na época era usar a noção de biossociabilidade sem referencia à genética e ao ativismo de pacientes, mas com o intuito de mapear a emergência de praticas identitárias que podem interagir com categorias tradicionais tais como classe, parentesco, gênero ou raça. Em alguns casos, essas categorias se aplicam e podem inclusive ser fortalecidas mediante novos critérios biossociais de formação identitária. Por exemplo, pesquisas no campo da farmacogenômica levaram à fabricação de medicamentos para grupos étnicos e raciais específicos, como é o caso do BiDil, o primeiro medicamento específico para tratar a insuficiência cardíaca entre afro-americanos. Os defensores de tais produtos argumentam que os benefícios para a população-alvo superam a preocupação de que contribuam a reforçar a raça como uma categoria biológica (Kahn 2010; Roberts 2010).

Na biossociabilidade, todo um vocabulário médico-fisicalista, baseado em constantes biológicas, taxas de colesterol, tono muscular, desempenho físico, capacidade aeróbica, populariza-se e adquire uma conotação ‘quase moral’, ao fornecer os princípios de avaliação, que definem a excelência do indivíduo, antes medida segundo o desempenho na esfera pública, ou na esfera privada e familiar.

As modernas práticas de bioascese reproduzem, no foco subjetivo, as regras da biossociabilidade, enfatizando-se os procedimentos de cuidados corporais, médicos, higiênicos e estéticos na construção das identidades pessoais, das bioidentidades. Nas ascetes clássicas, o corpo estava na base da constituição de um “self” dono de si, que,

mediante as práticas de ascese corporal, legitimava-se para se ocupar dos assuntos públicos, que atingia um conhecimento de si ou se auto-anulava na procura de acesso a Deus. Em contrapartida, nas modernas bioasceses e tecnologias do “self”, o corpo obtém um novo valor. Na sua materialidade, sofre um desinvestimento simbólico: já não é o corpo a base do cuidado de si; agora o “self” existe só para cuidar do corpo, está a seu serviço. A própria subjetividade e interioridade do indivíduo são deslocadas para o corpo. A alma se torna uma relíquia e descrições fisicalistas são adotadas na explicação de fenômenos psíquicos.

Sobre biopolítica, biossociabilidades e bioasceses contemporâneas publiquei uma série de artigos e capítulos de livro, entre eles: “Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt.” *Interface*, v. 8, n.14, p. 9-20, 2004; “Modificações corporais e bioidentidades.” *Revista de Comunicação e Linguagens*, v. 33, p. 247-263, 2004; “Práticas de ascese corporal e constituição de bio-identidades.” *Cadernos Saúde Coletiva*, v. XI, n.1, p. 59-77, 2003; “De la ascesis a la bio-ascesis, o del cuerpo sometido a la sumisión al cuerpo.” *ER*, Sevilla/Barcelona, v. 31, p. 29-67, 2002; “Bioasceticism.” In: Azoulay, Elizabeth. (Org.). *100,000 Years of Beauty*. Paris: Gallimard, 2009, v. 5, p. 84-87; “Ascèse.” In: Bernard Andrieu. (Org.). *Le Dictionnaire du corps en sciences humaines et sociaux*. Paris: CNRS Editions, 2006, v. , p. 34-37; “Das utopias sociais às utopias corporais: identidades somáticas e marcas corporais.” In: Maria Isabel Mendes de Almeida; Fernanda Eugenio. (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, v. , p. 42-58.

Esse material seria posteriormente reelaborado e incluído no meu livro *O corpo incerto. Corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea* (Rio de Janeiro: Garamond 2008). O livro foi traduzido para o espanhol e para o italiano (*El cuerpo incierto. Corporeidad, tecnologías médicas e cultura contemporanea*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010; *Il corpo incerto. Bio-imaging, body art e costruzione della soggettività*. Torino: Antigone, 2009), e ampliei algumas reflexões no livro *Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010), em coautoria com a professora Rafaela Zorzanelli.

A reflexão acerca da subjetividade somática e bioidentidades realizada nesse livro e nos diferentes artigos mencionados acontecia - usando a distinção de Nikolas Rose - ao nível molar (frente ao nível molecular da constituição de identidades genéticas e self

neuroquímicos). O nível molar corresponde à visão do corpo veiculada pelos discursos e praticas das dietas, fitness, cirurgias plásticas, etc. Usei bioidentidades para descrever os processos de subjetivação envolvidos em praticas do *self* relacionadas com dietas, *fitness*, modificações corporais e práticas correlatas. Posteriormente, como veremos mais adiante, analisei o nível molecular das bioidentidades, nas minhas análises das neuroculturas e do sujeito cerebral.

*O Corpo Incerto. Corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea* incorpora as reflexões sobre bioasceses e bioidentidades e as situa em um contexto epistemológico e sócio-histórico mais abrangente. Nesse livro, examinei os efeitos na subjetividade da cultura somática, e em especial o fato paradoxal de que o aumento de controle e atenção sobre o corpo produz uma maior incerteza sobre ele. A superestimação do corpo o transforma em algo mais do que um mero objeto de desejo: Ele agora é um objeto de design. Tornou-se ‘personificável’ por meio de práticas de ascese corporal como musculação e dietética; tecnologias médicas tais como cirurgia plástica, próteses, e intervenções farmacológicas; e mudanças radicais em sua anatomia, incluindo amputações voluntárias. É a tela em que projetamos nossos ideais de si mesmo.

No entanto, o rápido crescimento da importância do corpo na cultura tem aspectos paradoxais: por um lado, é um pedaço do ‘real’ para o qual nos tornamos em busca de certeza, em uma era de tanta fluidez e fragmentação simbólica - este é o corpo supervalorizado. Por outro lado, é preciso atender às ansiedades atuais de transformação permanente e constante reinvenção - este é o corpo obsoleto, cujos limites podem e devem ser superados pelas tecnologias de aprimoramento da natureza. O corpo é assim, simultaneamente adorado e desprezado, ou seja, usando a frase do filósofo norte-americano William James, “Nosso corpo é o exemplo mais destacado do ambíguo”.

Este cenário é analisado em diferentes contextos. O primeiro compara as técnicas tradicionais de controle e superação do corpo – cujo objetivo era espiritual ou moral - com as práticas de *wellness* e *fitness*. O segundo cenário descreve e analisa o aumento do uso de implantes, próteses, *piercings* amputações, etc. visando a constituição de marcas identitárias ancoradas no corpo, e a recuperação de uma experiência direta do vivido corporal - forma de resistência à cultura da aparência e da normalização corporal. O terceiro analisa o enorme impacto das tecnologias de visualização médica que transformou

o interior invisível e misterioso do corpo em um palco totalmente exposto ao olhar, o que está mudando profundamente a percepção da interioridade física e do corpo em geral. Finalmente, o último cenário discute as diferentes visões do corpo criado pelas teorias construtivistas – o corpo como construção social - e as correntes fenomenológicas - o corpo na sua dimensão vivida, experiencial – e suas implicações para a compreensão do corpo na cultura de hoje.

O corpo da tecnobiomedicina e das tecnologias de visualização é basicamente uma imagem que se apresenta dotada de materialidade, em concorrência com a materialidade real do corpo físico. Trata-se de um corpo construído, despojado de sua dimensão subjetiva, descarnado e obsoleto. Também nos debates acerca do estatuto do corpo reencontramos esse mesmo modelo descarnado, presente em diversas variantes do construtivismo social que rejeitam a sua materialidade e experiência subjetiva, o corpo fenomenológico. O livro transita por esses campos diversos - os debates sobre o corpo, a visualização médica, a cultura somática e as modificações corporais -, refletindo sobre os elementos comuns e alertando sobre os riscos éticos e psicológicos envolvidos no desprezo da corporeidade e seus efeitos na construção subjetiva.

Em Janeiro de 2001 o Programa de Estudos e Pesquisas da Ação e do Sujeito (PEPAS) foi criado no Instituto de Medicina Social em Janeiro de 2001 pelos professores Jurandir Freire Costa, Francisco Ortega e Benilton Bezerra Jr. Depois se incorporariam os professores Rossano Lima e Rafaela Zorzanelli. O PEPAS tem como objetivos: a) realizar pesquisas e promover cursos no programa de pós-graduação em saúde coletiva do IMS sobre as implicações sociais e subjetivas dos novos desenvolvimentos em biomedicina e biotecnologias. Estamos especificamente interessados no impacto dos desenvolvimentos conceituais e técnicos em psiquiatria, neurociências e saúde mental na formação de subjetividades; b) realizar pesquisas sobre abordagens das ciências sociais e humanas sobre a biomedicina e a saúde mental; c) promover pesquisas, seminários, congressos e publicações em conjunto com instituições acadêmicas e não-acadêmicas no campo da saúde coletiva e áreas afins; d) promover o intercâmbio entre professores, pesquisadores e alunos da UERJ e outras universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior; e) produzir estudos comparativos sobre categorias psiquiátricas (autismo, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtornos somatoformes) e a formação de identidades.

Com um seminário quinzenal contínuo desde 2001, além da realização de diversas palestras e congressos, o PEPAS tem se tornado um excelente lugar de troca de ideias, em um espírito multidisciplinar único. No contexto do PEPAS foram convidados como professores visitantes Pietro Barbetta (Universidade de Bergamo); Fernando Vidal (Max Planck Institute for the History of Science), Roberto Abadie (City University of New York), Suparna Choudhury (Mc Gill University) e Francisco Vázquez García (Universidad de Cadiz), para os quais realizei pedidos com sucesso de Apoio ao Pesquisador Visitante (APV) da FAPERJ.

Em maio de 2003 fui professor visitante durante dois meses no Max Planck Institute for the History of Science de Berlin (MPIWG) com bolsa do DAAD, que deu início a uma colaboração constante com o professor Fernando Vidal e que me levou como visitante ao Instituto Max Planck novamente durante vários meses em 2005, 2006, 2007, 2009 e 2010. A colaboração se deu em torno ao projeto “Sujeito Cerebral: Impacto das neurociências na sociedade contemporânea” que foi aprovado dentro do acordo intercultural Brasil-Alemanha PROBRAL (financiado pela CAPES e pelo DAAD), e do qual Fernando Vidal era coordenador da equipe alemã e eu da equipe brasileira. O projeto possibilitou durante 4 anos (de 2004 a 2008) o intercâmbio de pesquisadores e doutorandos do Max Planck e da UERJ, bem como organização de vários eventos científicos. O PROBRAL financiou minha estância como professor visitante em 2005, 2006, 2007, e nos anos de 2009 e 2010 minha estadia foi financiada pelo próprio MPIWG.

O objetivo do projeto PROBRAL “Sujeito Cerebral: Impacto das neurociências na sociedade contemporânea” era estudar o surgimento e o impacto na sociedade contemporânea da ideia de que o ser humano é constituído essencialmente pelo cérebro, ideia que propusemos chamar de “sujeito cerebral”. O projeto tinha uma estrutura colaborativa e interdisciplinar que visa investigar o problema do sujeito cerebral desde os pontos de vista da filosofia, ciências sociais e políticas, direito, ética, história da ciência, estudos culturais, saúde pública e políticas públicas, psicanálise e psiquiatria. Uma abordagem interdisciplinar e colaborativa era necessária dada a natureza do problema a ser estudado. Como novo conceito, o “sujeito cerebral” deveria servir para integrar diferentes linhas de investigação cuja tendência é permanecerem separadas e para facilitar a análise

comparativa de fenômenos sociais e históricas aparentemente desconexos. Até onde é conhecido nada semelhante fora proposto.

Tal projeto visava investigar como esta concepção dos seres humanos (o “sujeito cerebral”) surgiu historicamente, quais são as formas que adota na sociedade contemporânea e quais são as suas consequências concretas em diferentes âmbitos das práticas sociais e da experiência psicológica. O sujeito cerebral entendido dessa maneira possui inúmeras materializações culturais fora da neurofilosofia, psicologia e neurociências: na ética médica (que trata com assuntos tais como morte cerebral, técnicas de intervenção cerebral e enxertos neuronais); na teologia e na religião; e, finalmente, na galáxia em expansão de neurocrenças e neuropráticas que vão desde apreender a desenhar ou a ler com um lado do cérebro, até várias formas de “*neurohealthism*”, “*neuroesoterismo*”, “*neuroescatologia*”. Esses são apenas alguns signos visíveis do lugar que as neurociências ocupam no universo da pesquisa científica contemporânea. Esses signos referem-se não apenas à história e à sociologia da ciência e à medicina desde a metade do século XX, mas também às ideias e práticas que concernem o *self* e a definição do ser humano.

A pesquisa sobre a temática do sujeito cerebral e as neuroculturas tem resultado em inúmeras publicações, autorais ou em co-autoria com Fernando Vidal, tais como, “Culture: by the brain and in the brain?” *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.23, p.965 - 983, 2016; “Brains in Literature/Literature in the Brain.” *Poetics Today*, v.34, p.327 - 360, 2013; “Wired up differently?: Autism, adolescence and the politics of neurological identities.” *Subjectivity*, v.4, p.323 - 345, 2011; “Elementos para uma história da neuroascese.” *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.16, p.621 - 640, 2009; “The Cerebral Subject and the Challenge of Neurodiversity.” *BioSocieties*, v.4, p.425 - 445, 2009; “Cerebralizing Autism within the Neurodiversity Movement” In: *Worlds of Autism: Across the Spectrum of Neurological Difference*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013, p. 73-95; “Are there neural correlates of depression?” In: *Critical Neuroscience: A Handbook of the Social and Cultural Contexts of Neuroscience*. London: Blackwell, 2012, p. 345-366; “Les (dés) espoirs du cerveau : neuroascèse et neuroéthique In: *Les technologies de l'espoir, La fabrique d'une histoire à accomplir*. Quebec: Presses Universitaires de Laval, 2010, p. 259-

281. Além dessas publicações, organizei com Fernando Vidal a coletânea *Neurocultures. Glimpses into an expanding universe* (Frankfurt and New York: Peter Lang, 2011).

Junto aos livros e artigos, promovi com o professor Vidal vários congressos internacionais sobre a mesma temática, com grande sucesso de público e ampla divulgação midiática: em novembro de 2004 o primeiro colóquio foi realizado na UERJ com o tema “O impacto das neurociências na sociedade contemporânea”; e em 7 de outubro de 2005 foi realizado na UERJ o segundo colóquio com o tema “Cérebro, mente e mundo: o impacto das neurociências na cultura”, que já contou com a presença de um professor e de uma doutoranda do Instituto Max Planck. Ambos os colóquios registraram um grande sucesso de público com presença predominante de estudantes de pós-graduação da UERJ e de outras instituições de ensino do Rio de Janeiro. O congresso internacional “Neurociências e Sociedade Contemporânea” promovido pelo Instituto de Medicina Social (IMS) e pelo MPIWG foi realizado entre os dias 2 e 4 de agosto de 2006 no Instituto Metodista Bennett do Rio de Janeiro e contou com mais de 10 conferencistas internacionais. O congresso teve apoio da CAPES, da FAPERJ, do MPIWG. O tema do congresso despertou um grande interesse não só na cidade do Rio de Janeiro, mas no Brasil e inclusive no exterior, onde o programa do congresso tinha sido divulgado em numerosos sites de universidades em Europa e EUA. No Brasil, o evento foi divulgado amplamente na mídia, aparecendo matérias no jornal *O Globo* de Rio de Janeiro (2 vezes na *Revista do Domingo*, no *Prosa & Verso*, no *Zona Sul* e na coluna de *Anselmo Gois*) e em *O Dia* de Rio de Janeiro. Foram dadas 4 entrevistas em emissoras nacionais de rádio pelos organizadores, bem como uma entrevista no programa da TV *Globonews*, “Espaço aberto – ciência e tecnologia”. Finalmente, em novembro de 2008 foi realizado outro evento vinculado ao projeto, o “Congresso Internacional Novas Fronteiras da Subjetivação”, organizado pelo IMS. O evento contou com palestrantes de EUA, Itália, Espanha, México e Brasil e teve também um grande sucesso de público e mídia.

Sobre o tema do sujeito cerebral, neuroculturas, psiquiatria e sociedade fui convidado a ministrar nos últimos anos, múltiplas palestras em universidades brasileiras e nas universidades Queen Mary University de Londres, Vanderbilt University, Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid, Universidad de Cadiz, McGill University, University of Philadelphia, Ettore Majorana Foundation de Erice, Itália, Universidade de



Buenos Aires, King's College de Londres, Universidade de Bergamo, Italia, Cold Spring Harbor Laboratory de New York, University of Nottingham, Temple University, Oxford University, London School of Economics, University of Ottawa, Centre Marc Bloch de Berlim, Max Planck Institute for the History of Science de Berlim, Zentrum für Literaturforschung de Berlim, University of Oldenburg, Alemanha, Università degli Studi Roma3, Università Ca Foscari de Veneza, Università degli Studi di Milano, University of Aarhus em Dinamarca.

Além disso, tenho exercido como professor visitante nas seguintes instituições (afora das mencionadas Universidade de Bielefeld, MPIWG, UFF e UNICAMP) Center for the Humanities and Social Sciences do Consejo Superior de Investigaciones Cientificas (CSIC) de Madrid (2016), na Universidade de Oldenburg, Alemanha (2003), Universidad de Buenos Aires (2011).

Finalmente, em 2016, Vidal e eu concluímos o livro que recolhe mais de uma década de reflexão sobre o campo das neurociências, os impactos na subjetividade e na cultura. *Being Brains: Making the Cerebral Subject* (New York: Fordham University Press). O livro analisa diferentes territórios nos quais o complexo “neuro” e os processos de cerebralização podem ser examinados. Em primer lugar, realiza uma análise histórica do surgimento do sujeito cerebral no final do século XVII a partir dos debates sobre a localização da alma, a teoria corpuscular da matéria e a filosofia da identidade pessoal de John Locke. Em segundo lugar focaliza no surgimento das neurodisciplinas na década de 1990, as quais reformatam as ciências humanas e seus objetos na base do conhecimento do cérebro. O livro oferece uma análise minuciosa do campo da ‘neuroestética’ e das neurodisciplinas da cultura: neurociência cultural e neuroantropologia. O terceiro momento examina a cerebralização do sofrimento mental focalizando na depressão e no surgimento da neurodiversidades vinculada ao ativismo do movimento autista. Finalmente *Being Brains* analisa a representação das neurociências na cultura popular, na literatura e no cinema. Importante nesse contexto é mostrar que se romances e filmes começam tratando os seres humanos como sujeitos cerebrais e acabam problematizando e resistindo o reducionismo cerebral, e que essa ambivalência constitutiva é emblemática do estatuto do sujeito cerebral no mundo moderno e contemporâneo.

Um argumento triplo é retomado ao longo de *Being Brains* e visa fornecer uma perspectiva integrada. Diversas disciplinas e discursos pressupõem que a mente ou o *self* são em graus diferentes reduzíveis aos estados do cérebro; elas assumem que a mente, juntamente com os produtos da ação humana, é o que o cérebro faz, e que somos essencialmente (embora não exclusivamente) nossos cérebros. Argumentamos, em primeiro lugar, que essa identificação não resultou de descobertas neurocientíficas nem depende do conhecimento sobre o cérebro, mas foi tornada possível pelos desenvolvimentos científicos e filosóficos dos séculos XVII e XVIII que afetaram as noções de pessoa e identidade pessoal. Constatamos, então, que o corolário do primeiro ponto histórico e historiográfico é que, embora pesquisas neurocientíficas posteriores reforçassem a ‘cerebralização’ da personalidade, ela não a comprovou nem conceitual nem empiricamente, apesar das diversas alegações. Em vez disso, tal cerebralização é um pressuposto subjacente que dita a maneira como a pesquisa é feita e seus resultados são interpretados, geralmente muito além do que é legitimamente permitido pelos settings experimentais e os dados gerados. Finalmente, apesar de sua poderosa retórica, a cerebralização da personalidade não tem nada de necessário ou inevitável, mas atua como um tecido conjuntivo que sustenta e liga materiais diversos, assim como a mesma base se encontra a profundidades variáveis e com densidades diferentes sob paisagens díspares.

A pesquisa do tema do sujeito cerebral e as neuroculturas me aproximou do campo do autismo. Procurando exemplos de processos de subjetivação e sociabilidade que usassem metáforas cerebrais encontrei o movimento da neurodiversidade que visa a desmedicalização e despatologização do autismo e sua redescritção como diferença e não como déficit. O movimento é liderado por autistas de alto funcionamento que acreditam que sua condição não é uma doença a ser tratada e, se possível, curada, mas uma especificidade humana a ser respeitada como outras formas de diferença (sexual, racial, e assim por diante). O movimento da neurodiversidade é um excelente exemplo de como uma ideologia solipsista, reducionista e cientificista — como é o sujeito cerebral — pode servir de base para a formação de identidade e de redes de sociabilidade e comunidade.

O vocabulário cerebral é mobilizado por ativistas autistas para desconstruir as narrativas predominantes do autismo focalizadas no déficit. Minha intenção era questionar a ideia compartilhada por vários neuroeticistas de que a neurociência estaria radicalmente

transformando nossas noções de pessoa e comunidade. Por um lado, existe uma coabitação de ‘ontologias cotidianas’. Os indivíduos mudam registros ontológicos, expressando uma coexistência de pontos de vista e práticas do eu. Às vezes, eles se baseiam em um vocabulário mais psicológico, às vezes mais neurológico, para falar sobre si mesmos e sua relação com os outros. O uso de um vocabulário centrado no cérebro não faz a mente ir embora, e as pessoas realmente não acreditam que são seus cérebros, ou não apenas seus cérebros. Por outro lado, como mostra a pesquisa etnográfica sobre o movimento da neurodiversidade, formas solipsistas e reducionistas de ser e de sociabilidade não resultam necessariamente de descrições cerebrais da personalidade e da comunidade.

Posteriormente o meu interesse no campo do autismo foi ampliado para a análise da opinião pública sobre autismo nas redes sociais brasileiras; as narrativas sobre o autismo na mídia impressa brasileira, e o campo das políticas públicas para indivíduos diagnosticados com transtorno do espectro autista no Brasil. Sobre esses temas tenho orientado diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado bem como publicado alguns artigos e capítulos de livro, entre eles, “Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira.” *Interface*, v.19, p.325 - 335, 2015; “A construção do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira.” *Interface*, v.17, p.119 - 132, 2013; “Deficiência, autismo e neurodiversidade.” *Ciência e Saúde Coletiva*, v.14, p.67 - 77, 2009; “The Biopolitics of Autism in Brazil”. In: *Re-Thinking Autism: Diagnosis, Identity and Equality*. London and Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers, 2016, p. 67-89; “Ativismo político de pais de autistas no Rio de Janeiro: reflexões sobre o ‘direito ao tratamento’”. *Saúde e Sociedade*, v. 25, p. 964-975, 2016. Vários desses artigos foram publicados em coautoria com mestrandos e doutorandos e com minha colega Rafaela Zorzanelli.

Em relação à temática do autismo, fui convidado a integrar em 2013 uma rede internacional sobre “Critical Autism Network: Policy, Practice and Identities in five national contexts”, que reúne 5 pesquisadores de Austrália, Canadá, Reino Unido, Suécia e eu do Brasil. A rede é financiada pelo *The Leverhulme Trust* do Reino Unido e prevê a realização de eventos nos países mencionados. Já foram realizados eventos na Austrália, em 2015, no Rio de Janeiro em 2016, e o último será realizado proximamente em Londres em junho de 2017. Homepage do projeto: <http://www.open.ac.uk/health-and-social->

care/research/critical-autism-network/ facebook page do projeto:  
[https://www.facebook.com/Critical-Autism-Studies-996941273759634/?ref=aymt\\_homepage\\_panel](https://www.facebook.com/Critical-Autism-Studies-996941273759634/?ref=aymt_homepage_panel).

O objetivo da rede de pesquisa é reunir pesquisadores internacionais que trabalham em estudos críticos sobre autismo, desenvolver teorias, refinar questões conceituais e gerar novos entendimentos sobre autismo que não sejam limitados por uma abordagem rigorosamente medicalizada e voltada para a noção de déficit. Um artigo resultante dessa colaboração já foi publicado: “Critical autism studies: exploring epistemic dialogues and intersections, challenging dominant understandings of autism.” *Disability & Society*, v. 31, p. 166-179, 2016, e outros dois estão no prelo. Está prevista também a publicação de uma coletânea antes do fim do projeto.

Em fevereiro de 2012 fui promovido a professor associado do Departamento de Políticas e Instituições em Saúde do Instituto de Medicina Social da UERJ.

No âmbito da gestão universitária, desempenhei a função de Chefe do Departamento de Políticas e Instituições de Saúde do IMS de Março de 2004 a Março de 2008, e de Novembro de 2013 a Dezembro de 2015; e de Vice-Chefe do mesmo departamento de Março de 2008 a Fevereiro de 2010.

De setembro de 2012 a agosto de 2013 realizei um pós-doutorado no Department for Social Science, Health and Medicine do King’s College de Londres, sob supervisão do professor Nikolas Rose e com bolsa do programa Ciência sem fronteiras do CNPq. No King’s College, participei de múltiplas atividades que levaram a assinar um acordo guarda-chuva com a UERJ sob a minha coordenação. Coordeno também junto a professora Sandra Fortes da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ o estágio na UERJ de alunos de pós-graduação do Department for Social Science, Health and Medicine do King’s College. Também participei de vários projetos do professor Nikolas Rose sobre saúde mental urbana e saúde mental global. O professor Rose estendeu meu estatuto de professor visitante de março de 2015 até fevereiro de 2017.

Do ponto de vista intelectual, além dos mencionados projetos, durante minha estadia no King’s College de Londres rescreei completamente e ampliei meu livro sobre *O corpo incerto* para a edição inglesa, que foi publicado em 2014 com o título *Corporeality*,

*Medical Technologies and Contemporary Culture* (London: Routledge). Nessa edição inclui uma segunda parte inédita sobre estudos sobre deficiência, corporeidade e direito.

Meu interesse era mapear casos em que a existência corpórea dos indivíduos é incorporada no processo legal, incluindo a construção de narrativas jurídicas que incorporam as metáforas corporais da máquina, propriedade, mercadoria, e dos direitos de privacidade. Estas narrativas são informadas pelo predomínio das relações de propriedade dentro de legalismo liberal que resultam na descorporificação da personalidade jurídica. A filosofia política e jurídica liberal considera o corpo como separado do sujeito e irrelevante na descrição da personalidade, prolongando assim o dualismo mente/corpo tradicional predominante no pensamento filosófico e médico ocidental que informa a teoria e a prática jurídica. Neste contexto sócio-jurídico, a relação com o próprio corpo torna-se compatível com as relações que mantemos com os bens materiais na medida em que são regulamentados através do direito da propriedade. A última consequência seria a mercantilização total de personalidade humana, incluindo nossos corpos, promovido pela filosofia do livre mercado.

Essas construções jurídicas do corpo, que, paradoxalmente, desconsideram a natureza corpórea do indivíduo e suas experiências subjetivas corporificadas (*embodied*), incluindo o fato de que os corpos são dependentes e interligados com outros corpos e com o meio ambiente, são incapacitantes e alienantes. Os modelos teóricos que dão primazia à natureza encarnada do sujeito de direitos deslocam o paradigma da propriedade e suas metáforas dualistas e reconhecem e respeitam plenamente as diferenças corporais dos indivíduos perante a lei.

Acredito que os estudos sobre a deficiência (*Disability Studies*) podem oferecer uma importante contribuição para o desenvolvimento de tal teoria da justiça corporal e radicalizar a crítica à personalidade desencarnada e abstrata da filosofia liberal da justiça. A deficiência desconstrói os ideais de autonomia, eficiência, produtividade, agência racional e individualismo implícito nas noções liberais de justiça e cidadania. Esses princípios da liberdade e autonomia não refletem a vivência real das pessoas com deficiência. Independência e autonomia são projeções de uma sociedade ‘capacitista’ (*ableist*). A ilusão do indivíduo independente e autônomo foi desestabilizada pelos teóricos da deficiência (que se apoiam em conhecimentos desenvolvidos pela literatura feminista da chamada

‘ética do cuidado’). Ao expor a interligação das pessoas e seus corpos, desafiam a reivindicação de autonomia entendida como independência e soberania e avançam em direção às noções de interdependência e relacionalidade. A dependência é uma ficção liberal que esconde toda uma gama de sistemas de apoio e de dependência, pois todos nós somos interligados, seres relacionais e dependentes. Nesse sentido, os estudos sobre a deficiência deram um passo de maior alcance em teorizar essas questões. O livro aprofunda essas questões e as coloca em relação às outras partes do livro sobre a subjetividade somática, as tecnologias de visualização médica e as modificações corporais.

Em minha estadia no King’s College comecei uma pesquisa sobre o campo da saúde mental global e me envolvi em um projeto sobre “Contesting global biopsychiatry: Establishing an international partnership for critical and constructive global mental health”, financiado pela Vanderbilt University e coordenado por Dominique Behague de Vanderbilt University, do qual sou um dos investigadores proponentes (Co-PI). O projeto congrega 24 pesquisadores que realizam pesquisas antropológicas, sociológicas, históricas e epidemiológicas sobre as maneiras pelas quais a psiquiatria biomédica norte-americana está interagindo com tradições psiquiátricas e de saúde locais no Brasil, Canadá, França, Índia, Japão, Kosovo, Palestina, Vietnã, México, Irã, Reino Unido e EUA. O principal interesse teórico é examinar de maneira aprofundada a globalização biopsiquiátrica de uma perspectiva ‘bottom-up’, não como ‘hegemônica’, como muitos alegaram, mas sim como um processo multidirecional de hibridização carregado de relações de poder. Analisaremos a globalização da biopsiquiatria anglo-americana e sua suposta transformação das tradições psiquiátricas e terapêuticas locais e da vida social, política e mental das populações dos locais específicos.

Essa pesquisa se desdobrou em um projeto maior intitulado “What is global mental health? A sociological analysis of the global mental health movement”, que envolvia pesquisadores do King’s College de Londres, Vanderbilt University, London School for Hygiene and Tropical Medicine e do IMS e que foi submetido ao Wellcome Trust, mas não conseguiu financiamento. O projeto está atualmente em processo de reelaboração para submissão ao European Research Council (ERC).

Além, das mencionadas colaborações, venho desenvolvendo desde 2003 projetos de pesquisa que visam a internacionalização de nosso programa de pós-graduação. Nesse

sentido sou coordenador de diversos convênios guarda-chuva de cooperação com as seguintes instituições: Max Planck Institute for the History of Science, Berlim; King's College de Londres; Universidad Complutense de Madrid; Universidad de Cadiz e Universidade de Bergamo, Itália.

Na Associação Brasileira de Saúde Coletiva fui membro entre 2013 e 2016 da Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Também desempenho desde 2015 a função de editor associado da revista *Cadernos de Saúde Pública*.

Quando voltei ao Brasil em setembro de 2013, descobri que existia um interesse por parte de alguns professores do Instituto de Medicina Social pela área de saúde global. Junto com os professores Eduardo Faerstein, Mario dal Poz e Kenneth Camargo criamos uma linha de pesquisa sobre saúde global na pós-graduação em Saúde Coletiva do IMS e posteriormente, em 2014, criamos o *Centro Rio de Saúde Global* (<http://centroriosaudeglobal.org>), o qual está sediado no IMS embora conte com pesquisadores de varias unidades da UERJ e de outras universidades do Rio de Janeiro. O centro foi filiado ao Consortium of Universities for Global Health e a World Federation of Academic Institutions for Global Health e a Alianza Latino-americana de Salud Global (ALASAG).

O Centro Rio de Saúde Global visa fortalecer vínculos que expandam o debate acadêmico e estimulem a ação intersectorial relacionada aos determinantes dessa realidade global crescentemente interconectada. A saúde global é a saúde das populações em um contexto que transcende as perspectivas e preocupações das nações individuais. Esperamos que o Centro Rio mobilize recursos, pesquisa e expertise na área, articulando-se com Centros/Institutos/Programas de Saúde Global localizados tanto em países desenvolvidos, como em países menos desenvolvidos. Pretendemos articular pesquisadores de diversas disciplinas como agentes ativos de produção de conhecimento e tecnologia. Sendo assim, os tópicos relevantes do Centro Rio para a Saúde Global serão baseados nas demandas prioritárias dos países de baixa e média renda, como o Brasil, sem deixar de considerar e articular com a agenda das agencias internacionais, como por exemplo nas prioridades do desenvolvimento sustentável pós 2015.

Sou coordenador de pesquisa do Centro Rio, que tem desenvolvido atividades regulares, como um curso oferecido semestralmente para os três departamentos do IMS

chamado de ‘Panoramas da Saúde Global’, que além de contar com alunos presenciais dos três departamentos, de outras unidades da UERJ e de outras universidades do Estado, é emitido com grande sucesso pelo Telesaúde UERJ para pós-graduandos e profissionais de todo o país. A criação do Centro constituiu uma colaboração inédita entre os três departamentos que formam o Instituto de Medicina Social da UERJ.

No contexto do centro desenvolvo pesquisas sobre o campo da saúde mental global. Em 2015 obtive um edital universal/CNPq, e em 2016 uma bolsa de Cientista de Nosso Estado da FAPERJ para realizar um projeto sobre “Dilemas e desafios de propostas de Saúde Mental Global no cenário brasileiro”. O projeto examina diferentes desafios de propostas de saúde mental global (SMG) para o cenário da saúde mental no âmbito do sistema único de saúde brasileiro. A ascensão do movimento de SMG tem conferido um novo significado a controvérsias antigas sobre a universalidade ou especificidade cultural de transtornos mentais e seus sintomas. Os críticos acusam o movimento de exportar um modelo ocidental de doença e tratamento, prejudicando o papel dos praticantes de terapêuticas tradicionais, negligenciando a variabilidade cultural na compreensão e nas respostas ao sofrimento mental, além de medicalizar a angústia e ignorar as causas sociais e econômicas reais do sofrimento mental em países de baixa e média renda. O projeto pretende realizar um conjunto coordenado de investigações conceituais e éticas para fornecer uma avaliação baseada em evidências dessas controvérsias. Iremos investigar semelhanças e diferenças na filosofia e motivações do movimento de SMG e de seus críticos, identificar áreas de preocupação genuína e conflito dentro do movimento, e apontar programas e práticas construtivas caso existam. Através de metas bem estabelecidas e da participação pública, o projeto irá apoiar e informar profissionais, formuladores de políticas públicas e pesquisadores que desejem ir além de polêmicas para desenvolver programas localmente relevantes e eficazes em SMG, e que trabalhem em prol daqueles que precisam de cuidado. Acreditamos que os resultados desta investigação multidisciplinar poderá fornecer informações importante para subsidiar o desenvolvimento de teorias e práticas no campo da saúde mental global focalizando a saúde mental pública brasileira.

A mencionada bolsa de Cientista de Nosso Estado da Faperj que obtive em 2016 (com vigência ate outubro de 2018) é a terceira bolsa de Cientista de Nosso Estado que me



foi concedida, pois obtive a mesma bolsa nos períodos 2009-2011 e 2011-2014. Também gostaria assinalar que sou pesquisador nível 1D do CNPq desde agosto de 2013. Anteriormente fui pesquisador nível 2 (desde 2007).

Cinco doutorandos e dois mestrados da pós-graduação em Saúde Coletiva do IMS bem como duas doutorandas da Universidade Estadual do Amazonas (no contexto do DINTER UEA-IMS) sob minha orientação realizam suas dissertações e teses sobre aspectos do projeto de saúde mental global no cenário brasileiro. Sobre o tema tenho publicado alguns artigos e outros estão sendo produzidos. Entre eles, “Usos de referências biológicas em publicações de Saúde Mental Global.” *Physis*, v. 26, p. 1409-1428, 2016; “Dilemas e desafios para a implementação de políticas de saúde mental global no Brasil.” *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, p. 2255-2257, 2015; “Saúde mental na atenção primária e Saúde Mental Global: perspectivas internacionais e cenário brasileiro.” *Interface* v. vol.19, n.55, pp.1121-1132, 2015.

Sobre Saúde Mental Global organizei na UERJ em novembro de 2014 junto a minha colega Rafaela Zorzaneli o “Congresso Internacional: Saúde Mental Global na era de psiquiatria baseada em evidências: construindo conhecimento em contextos culturais.” Além da participação de vários pesquisadores nacionais, o evento contou a participação de pesquisadores de McGill University e de Vanderbilt University.

Na pós graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social tenho orientado 16 teses de doutorado (uma em cotutela com a Universidade Ca Foscari de Veneza), 20 dissertações de mestrado, 6 supervisões de pós-doutorado e 18 bolsistas de PIBIC. Atualmente, estou orientando 3 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado (uma em cotutela com a universidade de Bergamo).

Vinculado às atividades do Centro, conseguimos junto a outras unidades da UERJ a implementação da “Cátedra Sergio Vieira de Melo” para refugiados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Pretendo desenvolver uma pesquisa sobre saúde mental de refugiados na cidade do Rio de Janeiro. Tenho dois mestrados que estão começando uma pesquisa qualitativa sobre o tema.

Também decorrente das pesquisas em saúde mental global venho examinando o papel da cultura em políticas e práticas de saúde mental no Brasil. A hipótese é que a relevância limitada da diversidade cultural na Reforma psiquiátrica e na saúde mental

brasileira se deve a que diferenças culturais são consideradas secundárias em relação às diferenças sociais e econômicas, isto é, às diferenças de classe. Para a Reforma brasileira, desigualdades socioeconômicas prevalecem sobre a diversidade cultural. Isso explica por que a psiquiatria multicultural e transcultural não tem despertado no Brasil o entusiasmo provocado pela psiquiatria marxista da Reforma Italiana. Além de examinar as raízes históricas desse fenômeno, que remontam à singularidade do processo de constituição da identidade nacional no Brasil, tal como analisada por Darcy Ribeiro, entre outros, o objetivo é focalizar em algumas experiências recentes na saúde mental pública no Brasil que incorporam competência cultural, tal como a Terapia comunitária, e o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde.

Tenho apresentado essa pesquisa em andamento em eventos realizados em McGill University e em Vanderbilt University, com um interessante feedback dos colegas de Canadá e Estados Unidos. Um artigo sobre o tema foi submetido em 2016 à revista *Transcultural Psychiatry* para um número especial sobre Saúde Mental Global.

Finalmente no contexto dos projetos em Saúde Mental Global, fui convidado em janeiro de 2017 para integrar o Advisory Board do Movement for Global Mental Health.

Acredito que as atividades de ensino, pesquisa, gestão, extensão e formação de recursos humanos descritas neste memorial e detalhadas no meu currículo lattes e no relatório de atividades demonstram minha dedicação de maneira exclusiva à vida acadêmica como professor e pesquisador do Instituto de Medicina Social. A trajetória de internacionalização que venho desenvolvendo constitui na minha opinião uma via de mão dupla. Por um lado, representa uma divulgação das pesquisas realizadas no IMS fora do Brasil; mas ao mesmo tempo, é uma forma de trazer de volta para o Brasil, na forma de expertise, conhecimentos que se desdobrarão em um aprimoramento do nível de excelência da formação das pessoas que passam pelo Instituto.